

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR**

CNPJ 23.453.830/0017-37

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)				
	Nota	2021	2020	
ATIVO				PASSIVO
Circulante		19.521.490	16.402.126	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.747.682	12.002.569	Fornecedores
Contas a receber	5	2.957.255	2.957.255	Obrigações trabalhistas
Estoques	6	1.633.011	1.253.492	Obrigações sociais
Adiantamento a funcionário		36.782	50.199	Obrigações fiscais
Outros créditos		104.469	123.770	Outras contas a pagar
Despesas antecipadas		42.291	14.841	Partes relacionadas
Não Circulante		7.566.181	6.530.381	Não Circulante
Partes relacionadas	9	1.850.000	1.850.000	Receitas diferidas
Imobilizado próprio	7	1.359.586	-	Patrimônio Líquido
Imobilizado - gestão pública	7	4.181.382	4.376.109	Patrimônio social
Intangível - gestão pública	8	175.213	304.272	Superávit acumulado
Total do Ativo		27.087.671	22.932.507	Total do Passivo e do Patrim.Líquido

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)			
	Nota	2021	2020		2021	2020	
Receitas Operacionais	15	39.687.056	31.402.382	Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		39.687.056	36.187.057	Superávit do período		3.267.868	4.821.821
(-) Reversão contrato de gestão		-	(4.784.675)	Ajustes para conciliar o resultado			
Custos		(30.992.560)	(22.509.591)	Depreciação/amortizações		818.409	741.117
Pessoal e encargos		(9.606.059)	(7.107.754)	Superávit ajustado		4.086.277	5.562.938
Serviços de terceiros		(17.879.730)	(12.731.168)	Varições no circulante das contas de ativo e passivo		538.378	(11.321.651)
Materiais e medicamentos		(3.506.771)	(2.670.669)	Redução / (Aumento) de outros créditos			
Despesas		(5.967.132)	(4.426.273)	(Aumento) de estoques		(379.519)	(344.315)
Pessoal e encargos		(2.401.515)	(1.776.939)	(Aumento) das despesas antecipadas		(27.450)	(1.719)
Despesas gerais e administrativas	16	(3.223.413)	(2.479.697)	Aumento de fornecedores		610.086	183.563
Depreciação/amortização		(818.409)	(741.117)	Aumento de obrigações trabalhistas		401.423	142.898
Impostos, taxas e contribuições		(16.956)	(39.390)	Aumento de obrigações sociais		52.269	23.360
Outras receitas e despesas operacionais		493.161	610.870	Aumento obrigações tributárias		32.841	6.442
Financeiras, Líquidas		540.504	355.303	(Redução) / Aumento de outras obrigações		(7.273)	7.271
Receitas financeiras		562.326	376.295	Aumento / (Redução) das obrigações			
Despesas financeiras		(21.822)	(20.992)	- não circulante		380.889	(741.117)
Superávit do Exercício		3.267.868	4.821.821	Ajustes patrimoniais		(557.606)	(10.215.325)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)			
	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2019	8.963.429	11.728.175	20.691.604
Incorporação ao Patrimônio Social	11.728.175	(11.728.175)	-
Ajustes patrimoniais	(10.215.325)	-	(10.215.325)
Transferências	47.373	-	47.373
Superávit do exercício	-	4.821.821	4.821.821
Em 31 de dezembro de 2020	10.523.652	4.821.821	15.345.473
Incorporação ao Patrimônio Social	4.821.821	(4.821.821)	-
Ajustes patrimoniais (nota 15)	(557.606)	-	(557.606)
Superávit do exercício	-	3.267.868	3.267.868
Em 31 de dezembro de 2021	14.787.867	3.267.868	18.055.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. **b) Contrato de Gestão:** O contrato de gestão do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) foi firmado em 22 de novembro de 2017, porém as atividades foram iniciadas em 08 de março de 2018 e o atendimento ao público em 18 de junho de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato nº 002/SES-PA/2017, vigente até 21 de novembro de 2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. E reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 14 de março de 2022. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação

acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem

continua...